



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE)

CONCURSO PÚBLICO
NÍVEL SUPERIOR

Aplicação: 14/1/2007

CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO ÁREA: JUDICIÁRIA

MANHÃ

Caderno
1 - GANA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo de caderno — Caderno 1-GANA — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas. Em seguida, verifique se ele contém oitenta questões, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenadas de 1 a 80, seguidas da prova discursiva e de espaço para rascunho.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado na sua folha de respostas, com sua caligrafia usual, o seguinte provérbio:

Podemos escolher o que semear; mas colhemos o que plantamos.

- 3 **ATENÇÃO:** As questões de 78 a 80 estão agrupadas em quatro blocos, de acordo com os tribunais. Você deverá responder essas questões de acordo com sua opção de vaga: TSE ou TRE/RJ ou TRE/RR ou TRE/RO.
- 4 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 5 O espaço para rascunho da prova discursiva é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 6 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 7 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 8 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 9 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 10 A duração das provas é de cinco horas, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- 11 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas e poderá levar o seu caderno de provas somente no decurso dos últimos quinze minutos anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 12 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 13 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (DATAS PROVÁVEIS)

- I 16/1/2007, após as 9 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tse2006.
- II 16 a 18/1/2007 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tse2006, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital n.º 1/2006 – TSE, de 13/11/2006.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tse2006.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

CESPE UnB
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

- Nas questões de **1 a 80**, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nas questões que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destras e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões 1 e 2

1 Falei de esquisitices. Aqui está uma, que prova ao
mesmo tempo a capacidade política deste povo e a grande
observação dos seus legisladores. Refiro-me ao processo
4 eleitoral. Assisti a uma eleição que aqui se fez em fins de
novembro. Como em toda a parte, este povo andou em busca
da verdade eleitoral. Reformou muito e sempre; esbarrava-se,
7 porém, diante de vícios e paixões, que as leis não podem
eliminar. Vários processos foram experimentados, todos
deixados ao cabo de alguns anos. É curioso que alguns deles
10 coincidiram com os nossos de um e de outro mundo. Os
males não eram gerais, mas eram grandes. Havia eleições
boas e pacíficas, mas a violência, a corrupção e a fraude
13 inutilizavam em algumas partes as leis e os esforços leais dos
governos. Votos vendidos, votos inventados, votos destruídos,
era difícil alcançar que todas as eleições fossem puras e
16 seguras. Para a violência havia aqui uma classe de homens,
felizmente extinta, a que chamam pela língua do país,
kapangas ou *kapengas*. Eram esbirros particulares,
19 assalariados para amedrontar os eleitores e, quando fosse
preciso, quebrar as urnas e as cabeças. Às vezes quebravam
só as cabeças e metiam nas urnas maços de cédulas. Estas
22 cédulas eram depois apuradas com as outras, pela razão
especiosa de que mais valia atribuir a um candidato algum
pequeno saldo de votos que tirar-lhe os que deveras lhe foram
25 dados pela vontade soberana do país. A corrupção era menor
que a fraude; mas a fraude tinha todas as formas. Enfim,
muitos eleitores, tomados de susto ou de descrença, não
28 acudiam às urnas.

Machado de Assis. A *semana*. Obra completa, v. III.
Rio de Janeiro: Aguilar, 1973, p. 757.

QUESTÃO 1

Em relação ao texto, assinale a opção **incorreta**.

- A** Após o termo “uma” (ℓ.1), subentende-se a elipse da palavra **esquisitice**.
- B** Caso a expressão “aqui se fez” (ℓ.4) seja substituída por **aqui foi feita**, prejudica-se a correção gramatical do período.
- C** Em “esbarrava-se” (ℓ.6), o termo “se” indica indeterminação do sujeito.
- D** O emprego da vírgula após “paixões” (ℓ.7) justifica-se porque a oração subsequente é explicativa.

QUESTÃO 2

De acordo com o texto, julgue os itens a seguir.

- I** A reiteração da palavra “votos” (ℓ.14) confere ênfase à idéia apresentada no período.
- II** Pelos sentidos do texto, conclui-se que a palavra “esbirros” (ℓ.18) está sendo empregada com o mesmo significado que tem atualmente a palavra **capanga**.
- III** A expressão “lhe foram dados” (ℓ.24-25) pode, sem prejuízo para a correção gramatical do período, ser substituída por **foram dados a ele**.
- IV** A palavra “corrupção” (ℓ.25) está sendo empregada como sinônima de “fraude” (ℓ.26).

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.
- B** 2.
- C** 3.
- D** 4.

Texto para a questão 3

1 A cidade estivera agitada por motivos de ordem
técnica e politécnica. Outrossim, era a véspera da eleição de
um senador para preencher a vaga do finado Aristides Lobo.
4 Dous candidatos e dous partidos disputavam a palma com
alma. Vá de rima; sempre é melhor que disputá-la a cacete,
cabeça ou navalha, como se usava antigamente. A garrucha
7 era empregada no interior. Um dia, apareceu a Lei Saraiva,
destinada a fazer eleições sinceras e sossegadas. Estas
passaram a ser de um só grau. Oh! ainda agora me não
10 esqueceram os discursos que ouvi, nem os artigos que li por
esses tempos atrás pedindo a eleição direta! A eleição direta
era a salvação pública. Muitos explicavam: direta e censitária.
13 Eu, pobre rapaz sem experiência, ficava embasbacado quando
ouvia dizer que todo o mal das eleições estava no método;
mas, não tendo outra escola, acreditava que sim, e esperava
16 a lei.

A lei chegou. Assisti às suas estréias, e ainda me lembro que na minha seção ouviam-se voar as moscas. Um
19 dos eleitores veio a mim e por sinais me fez compreender que
estava entusiasmado com a diferença entre aquele sossego e
os tumultos do outro método. Eu, também por sinais, achei
22 que tinha razão, e contei-lhe algumas eleições antigas. Nisto
o secretário começou a suspirar flebilmente os nomes dos
eleitores. Presentes, posto que censitários, poucos. Os
25 chamados iam na ponta dos pés até à urna, onde depositavam
uma cédula, depois de examinada pelo presidente da mesa;
em seguida assinavam silenciosamente os nomes na relação
28 dos eleitores, safam com as cautelas usadas em quarto de
moribundo. A convicção é que se tinha achado a panacéia
universal.

Machado de Assis. *Op. Cit.*, p. 706.

QUESTÃO 3

Em relação ao texto, assinale a opção correta.

- A A substituição de “estivera” (ℓ.1) por **tinha estado** prejudica a correção gramatical do período.
- B A correção gramatical e as idéias originais serão mantidas, caso se reescreva o trecho “me não esqueceram (...) artigos que li” (ℓ.9-10) da seguinte forma: não me esqueço dos discursos que ouvi, nem dos artigos que li.
- C Na expressão “contei-lhe” (ℓ.22), “lhe” exerce a função de objeto direto.
- D A palavra “panacéia” (ℓ.29) significa estratégia, método.

QUESTÃO 4

Assinale a opção que apresenta **erro** de pontuação.

- A Pela primeira vez, a população de Belo Horizonte vai poder escolher, por meio da Internet, as obras que serão executadas na cidade. Disponível no período de 1.º a 30 de novembro, a nova modalidade, conhecida por **Orçamento Participativo Digital**, tem parceria entre a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) e o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG).
- B O novo sistema baseia-se em dados fornecidos pelo TRE-MG à PBH (quantitativo de eleitores, número do título de eleitor etc.), e foi solicitado pelo prefeito de BH, Fernando Pimentel, há cerca de seis meses, ao então presidente da instituição, Armando Pinheiro Lago.
- C O voto via Internet será permitido apenas para aqueles com domicílio eleitoral na capital (aproximadamente 1,7 milhão de pessoas), que poderão decidir pelo conjunto de nove obras (quatro em cada regional) que serão feitas no município em um prazo máximo de dois anos.
- D Para votar, o cidadão deve entrar no sítio da PBH. Quem não tiver acesso à Internet em casa pode ir até um dos 175 postos públicos montados, pela PBH onde haverá monitores para ajudar aqueles que não estão acostumados a lidar com computador.

Opções adaptadas. Internet: <www.tse.gov.br>.

QUESTÃO 5

O diretor-geral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Athayde Fontoura Filho, reafirmou que a urna eletrônica apresenta risco zero de fraude e que a segurança pode ser aferida por meio da votação paralela, realizada no dia da eleição, concomitantemente ao pleito oficial.

Assinale a opção que **não** representa continuação coesa e coerente para o trecho acima.

- A Porquanto, no período entre o primeiro e o segundo turno das eleições, o TSE tradicionalmente aproveita para verificar e corrigir as urnas de locais em que foram verificados problemas.
- B Athayde Fontoura destacou que, nos estados em que a eleição for só para presidente da República, o tempo de votação deverá ser de apenas 10 segundos. Nos estados onde houver eleição também para governador, o TSE estima que cada pessoa leve, em média, 20 segundos para votar.
- C Também lembrou a estimativa de que 90% dos votos de todo o país para presidente da República estarão totalizados até às 22 h de domingo. Segundo o diretor, até a meia-noite do mesmo dia, 99% dos votos devem estar totalizados.
- D O diretor-geral informou ainda que seis estados pediram ao TSE tropas federais para garantir a segurança do segundo turno das eleições. De acordo com ele, no total, 120 municípios do Amazonas, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí, Tocantins e Pará receberão reforço na segurança.

Opções adaptadas. Internet: <www.tse.gov.br>.

Texto para as questões 6 e 7

Caro eleitor,

- 1 Nos últimos meses, a campanha política mobilizou
vivamente os brasileiros. No primeiro turno, foram
alcançadas marcas extraordinárias: além do alto índice de
4 comparecimento às urnas e de uma irrepreensível votação,
em que tudo aconteceu de forma tranqüila e organizada, a
apuração dos resultados foi rápida e segura, o que coloca o
7 Brasil como modelo nessa área.

Amanhã serão definidos os nomes do presidente da
República e dos governadores de alguns estados. O país,
10 mais do que nunca, conta com você.

Democracia é algo que lhe diz respeito e que se
aperfeiçoa no dia-a-dia. É como uma construção
13 bem-preparada, erguida sobre fortes alicerces. Esses
alicerces são exatamente os votos de todos os cidadãos.
Quanto mais fiel você for no exercício do direito de definir
16 os representantes, mais sólidas serão as bases da nossa
democracia. Por isso, é essencial que você valorize essa
escolha, elegendo, de modo consciente, o candidato que
19 julgar com mais condições para conduzir os destinos do país
e de seu estado.

Você estará determinando o Brasil que teremos nos
22 próximos quatro anos. Estará definindo o amanhã, o seu
próprio bem-estar e de sua família, o crescimento geral, a
melhoria do emprego, da habitação, da saúde e segurança
25 públicas, do transporte, o preço dos alimentos. O momento
é decisivo e em suas mãos — entenda bem, em suas mãos —
está depositada a confiança em dias felizes.

28 Compareça, participe. Não se omita, não transfira a
outros uma escolha que é sua. Pense e vote com a firmeza de
quem sabe o que está fazendo, com a responsabilidade de
31 quem realmente compreende a importância de sua atitude
para o progresso da nação brasileira. Esta é a melhor
contribuição que você poderá dar a sua Pátria.

Ministro Marco Aurélio de Mello. **Pronunciamento oficial.** Internet: <www.tse.gov.br> (com adaptações).

QUESTÃO 6

Em relação ao texto, assinale a opção correta.

- A Considerando-se o gênero textual, é correto afirmar que o emprego de “você”, no decorrer do texto, indica um interlocutor único.
- B Na linha 3, a substituição do sinal de dois-pontos por ponto final e o emprego de inicial maiúscula em “além” provocam truncamento sintático, o que prejudica a coerência do texto.
- C A expressão “nessa área” (ℓ.7) retoma a idéia implícita, no parágrafo, de **processo eleitoral**.
- D A substituição da expressão “serão definidos” (ℓ.8) por **definir-se-ão** garante a correção gramatical do período.

QUESTÃO 7

Assinale a opção em que a substituição sugerida prejudica a correção gramatical do texto.

- A “lhe diz respeito” (ℓ.11) por **diz respeito a você**
- B “se aperfeiçoa” (ℓ.11-12) por **é aperfeiçoado**
- C “no exercício do” (ℓ.15) por **ao exercitarem o**
- D “serão” (ℓ.16) por **vão ser**

QUESTÃO 8

A ética é o dia-a-dia de uma sociedade. Sociedades não existem no abstrato: elas precisam de alguma espécie de cimento que mantenha as suas peças bem-ajustadas e sólidas. Antigamente, esse cimento era fornecido pelos valores religiosos. Uma das diferenças entre o Ocidente moderno e os países islâmicos é que lá o cimento continua a ser religioso; enquanto aqui, chegou-se à conclusão de que era melhor laicizar a política, deixando as crenças para a consciência ou a convicção de cada um.

E assim, o que nos mantém unidos em torno deste ou daquele projeto político é a idéia — concreta ou difusa — de uma ética; de um tipo de comportamento que preste homenagem a certos princípios. Esses princípios poderiam ser resumidos em um só: o da coisa pública.

O Globo, 30/11/2006, p. 6 (com adaptações).

Em relação às idéias do texto acima, assinale a opção correta.

- Ⓐ O cimento que mantém a sociedade ocidental bem-ajustada e sólida são os valores religiosos.
- Ⓑ Os países islâmicos laicizaram a política em busca de um princípio ético.
- Ⓒ O princípio da coisa pública resume os princípios a que uma ética que embasa um projeto político presta homenagem.
- Ⓓ Os países islâmicos relegam as crenças à consciência ou à convicção de cada um.

QUESTÃO 9

Assinale a opção em que o fragmento de texto apresenta **erro** gramatical.

- Ⓐ O diretor-geral do TSE, Athayde Fontoura Filho, fez a palestra de lançamento do **Manual de Contratos Administrativos na Justiça Eleitoral**, de autoria do professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes.
- Ⓑ A obra trata da unificação de procedimentos que eram adotados de forma diferente pelos TREs na contratação de serviços e compras, como explicou o diretor do TSE.
- Ⓒ O diretor-geral do TSE salientou a importância de um trabalho de sistematização das experiências anteriores de gestão, que começaram a ser delineados em 2005. “É um trabalho que enobrece o serviço público”, segundo ele.
- Ⓓ Athayde Fontoura ressaltou, contudo, que a sistemática de gestão dos contratos no serviço público ainda carece de aperfeiçoamentos, porque é um processo em andamento. Tanto que, segundo ele, algumas ações que não puderam ser implantadas neste ano, em virtude do calendário eleitoral, foram transferidas para 2007.

Opções adaptadas. Internet: <www.tse.gov.br>.

QUESTÃO 10

O terreno da ética é o próprio chão onde estão fincadas as bases de uma sociedade. Essa construção é feita todos os dias. Há algo de imaterial em todos os edifícios políticos. Eles não estão aí por obra divina. Precisam ser reforçados permanentemente, por meio de atos significativos em que as pessoas reconheçam o interesse público. É isso que mantém a ordem pública, e não somente, nem, sobretudo, a força policial. Se as pessoas deixam de acreditar em uma ética subjacente ao dia-a-dia em um código de conduta que rege a ação dos políticos, pode-se prever que todo o edifício da sociedade estará ameaçado.

O Globo, 30/11/2006, p. 6 (com adaptações).

Acerca das relações lógico-sintáticas textuais, as opções seguintes apresentam propostas de associação, mediante o emprego de conjunção, entre períodos sintáticos do texto acima. Assinale a opção que apresenta proposta de associação **incorreta**.

	período	conjunção	período
Ⓐ	primeiro	e	segundo
Ⓑ	terceiro	entretanto	quarto
Ⓒ	quarto	conquanto	quinto
Ⓓ	quinto	já que	sexto

QUESTÃO 11

Assinale a opção que apresenta fragmento de texto gramaticalmente correto.

- Ⓐ O presidente do TSE, Marco Aurélio de Mello, atribuiu ao “aprimoramento” do processo eleitoral eletrônico a velocidade da totalização dos votos. Nesta última eleição, o TSE bateu o recorde histórico, alcançando a totalização de 90% dos votos às 19 h. Às 21 h 15 min, já haviam sido apuradas 99% das urnas.
- Ⓑ “Estamos num caminho certo, no caminho que consagra o sistema que preserva, acima de tudo, a vontade do eleitor”, destacou. O presidente lembrou de que a expectativa inicial era de chegar ao patamar de 90% dos votos totalizados em todo o país às 22 horas, mas o índice foi alcançado às 19 h 30 min.
- Ⓒ O presidente do TSE avaliou que o sistema de votação brasileiro é “satisfatório”, tendo sido preservado a vontade do eleitor. Marco Aurélio ponderou que, diante da agilidade na apuração dos votos, a antecipação do resultado final em todo o país não é o mais importante no momento.
- Ⓓ Ao responder uma questão sobre os resultados apontados na apuração do segundo turno presidencial, o ministro Marco Aurélio considerou que, “sem dúvida alguma, a diferença maior de votos resulta por legitimidade para o candidato eleito”. O ministro Marco Aurélio congratulou aos eleitores brasileiros que, mais uma vez, compareceram às urnas para exercer “esse direito inerente à cidadania, que é o direito de escolher os representantes”.

Opções adaptadas. Internet: <www.tse.gov.br>.

QUESTÃO 12

Um fator a ser revisto no MERCOSUL é o foco: não adianta debater uma agenda mirabolante, com 40 ou 50 temas. É preciso focar as ações de modo pragmático, com as seguintes prioridades: concluir a união aduaneira; eliminar barreiras jurídicas e monetárias; facilitar os negócios entre as empresas dos países-membros e obter financiamentos em nome do bloco no Banco Mundial, para ampliar a infra-estrutura regional, o que até agora sequer foi pleiteado. As questões alfandegária e fitossanitária devem ser harmonizadas o mais rapidamente possível, pois não haverá bloco econômico viável enquanto houver entrave no intercâmbio entre os Estados-membros. Finalmente, é preciso considerar que, no mundo globalizado, as relações externas afetam o cotidiano das empresas e das pessoas. O atual impasse no MERCOSUL só será superado se os empresários se organizarem na defesa de seus interesses e direitos, por meio da informação e da mobilização da sociedade sobre as implicações internas das decisões tomadas em fóruns internacionais.

Abram Szajman. *O Globo*, 26/11/2006 (com adaptações).

Em relação ao texto acima, assinale a opção correta.

- A Na linha 1, a substituição do sinal de dois-pontos por ponto final, com a modificação de inicial minúscula para maiúscula na palavra “não”, prejudica a correção gramatical do texto.
- B O emprego de sinal de ponto-e-vírgula (ℓ.4-5) justifica-se por isolar elementos de uma enumeração.
- C Na linha 7, o termo “o que” retoma o antecedente “ampliar a infra-estrutura regional”.
- D O vocábulo “se” (ℓ.14-15) exerce a mesma função sintática em ambas as ocorrências.

QUESTÃO 13

Um dos lugares-comuns do pensamento político é o de que o sistema democrático exige a descentralização do poder. Democracia não é só o governo do povo, mas o governo do povo a partir de sua comunidade. Esse é um dos argumentos clássicos para o voto distrital: o eleitor fortalece seu poder, ao associá-lo ao de seus vizinhos. Em países de boa tradição democrática, esses vizinhos discutem, dentro dos comitês dos partidos, mas também fora deles, suas idéias com os candidatos. Embora isso não signifique voto imperativo — inaceitável em qualquer situação —, o parlamentar escolhido sabe que há o eleitor múltiplo e bem identificado, ao qual deverá dar explicações periódicas. Se a esse sistema se vincula a possibilidade do *recall*, do contramandato, cresce a legitimidade do instituto da representação parlamentar. O fato é que, com voto distrital ou não, tornou-se inadiável a discussão em torno do sistema federativo. Quem conhece o Brasil fora das campanhas eleitorais sabe das profundas diferenças entre os estados.

Mauro Santayana. *Jornal do Brasil*, 24/11/2006.

Acerca das relações lógico-sintáticas do texto acima, assinale a opção **incorreta**.

- A “-lo”, em “associá-lo” (ℓ.5), refere-se a “poder” (ℓ.2).
- B “deles” (ℓ.8) refere-se a “comitês dos partidos” (ℓ.7).
- C “isso” (ℓ.7) refere-se a “discutem, dentro dos comitês dos partidos, mas também fora deles, suas idéias com os candidatos” (ℓ.7-8).
- D “ao qual” (ℓ.11) refere-se a “parlamentar escolhido” (ℓ.10).

QUESTÃO 14

Uma antiga preocupação dos legisladores do passado era a de assegurar o direito dos povos de manter “os costumes da terra”. Assim fizeram os romanos com os municípios e as províncias, que se autogovernavam em troca dos tributos em dinheiro ou soldados para expansão de seu poder. Era de tal forma o respeito a essa autonomia relativa que, em certo momento do regime cruel de Tibério, as eleições chegaram a ser suspensas em Roma, mas se mantiveram nas províncias.

Muitos defendem o federalismo, quando se encontram na oposição, mas dele se esquecem quando chegam ao governo. Os municípios, manietados pela falta de recursos próprios, reclamam pela ajuda dos governos dos estados e da União, quando deveriam articular-se em busca de seus direitos de tributação direta e de autonomia política.

Idem, ibidem.

No que diz respeito aos sentidos e a aspectos gramaticais do texto acima, assinale a opção **incorreta**.

- A Na expressão “era a de assegurar” (ℓ.2), a presença da preposição “de” decorre da regência de “preocupação” (ℓ.1).
- B O emprego de vírgula após “províncias” (ℓ.4) justifica-se por isolar oração de natureza explicativa.
- C A substituição de “chegaram a ser” (ℓ.8) por **foram** mantém a correção gramatical do período.
- D A palavra “manietados” (ℓ.12) está sendo empregada com o sentido de **mobilizados**.

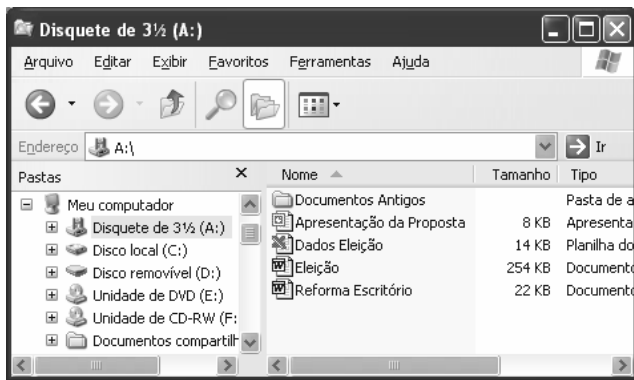
QUESTÃO 15

Assinale a opção em que fragmento de texto apresenta **erro** gramatical.

- A Os próximos quatro anos serão decisivos para a reconstrução republicana. O resultado das eleições demonstraram clara independência com as populações locais.
- B Elas não entregam mais seus ouvidos e, com eles, os seus votos, aos chefetes locais. Isso anuncia surpresas importantes nas eleições municipais de 2008.
- C É agora o tempo oportuno para as grandes reformas (como a agrária), que vêm sendo adiadas neste país há mais de 40 anos e sem as quais continuaremos sendo um dos países mais injustos do globo.
- D Para que elas se façam, é preciso que o arcabouço constitucional seja sólido e claro. Se somos República Federativa no rótulo, que a sejamos no conteúdo. E a União nada cederá de seu poder se não houver a pressão dos estados.

Opções adaptadas de Mauro Santayana. *Op cit.*









Texto para as questões 16 e 17





A figura acima mostra uma janela do Windows Explorer, executado em um computador que usa o Windows XP como sistema operacional.











QUESTÃO 16

Com relação à figura, ao Windows Explorer e ao Windows XP, assinale a opção correta.

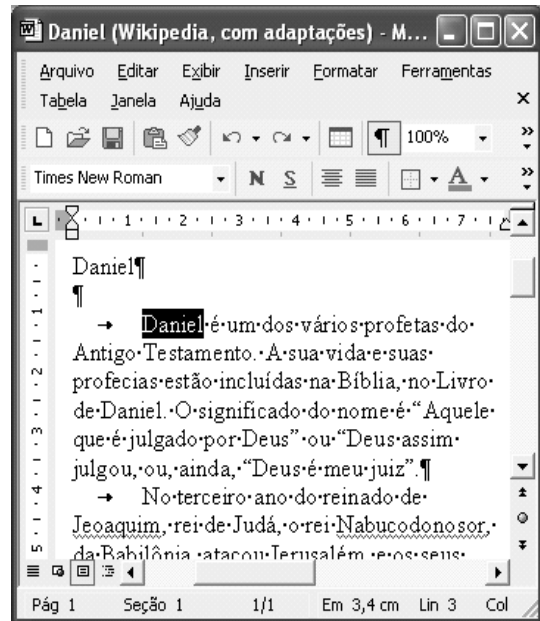
- A Ao se clicar o símbolo , imediatamente à esquerda do ícone  Disquete de 3 1/2 (A:), abre-se uma janela cuja função é a de formatar o disquete.
- B Ao final da seguinte sequência de ações, o ícone  Disco local (C:) estará selecionado: clicar o ícone  Apresentação da Proposta; clicar .
- C Ao se clicar o ícone  Documentos Antigos e, em seguida, clicar , à esquerda de Nome, a pasta Documentos Antigos será apagada.
- D Ao se clicar o ícone  Dados Eleição e, em seguida, se clicar o menu Arquivo, será exibida uma lista de opções, incluindo a opção Abrir, que permite abrir o arquivo Dados Eleição.

QUESTÃO 17

Ainda com relação à janela do Windows Explorer, assinale a opção que contém um procedimento que permite mover o arquivo  Eleição para dentro da pasta  Documentos Antigos.

- A Aplicar um clique duplo no ícone  Eleição, o que faz surgir uma lista com diversos comandos; na lista de comandos, clicar Copiar; abrir, de alguma forma, a pasta  Documentos Antigos; pressionar simultaneamente as teclas  e .
- B Com o botão direito do mouse, clicar o ícone  Eleição; na lista de opções que surge, clicar Recortar; aplicar um duplo clique na pasta  Documentos Antigos; clicar o menu Editar e, na lista que surge em decorrência dessa ação, clicar Colar.
- C Com o botão direito do mouse, clicar o ícone  Eleição; na lista de opções que surge, clicar Recortar; aplicar um clique simples na pasta  Documentos Antigos; clicar o menu Editar e, na lista que surge em decorrência dessa ação, clicar Colar.
- D Com o botão direito do mouse, clicar o ícone  Eleição; na lista de opções que surge, clicar Recortar; aplicar um duplo clique na pasta  Documentos Antigos; clicar o menu Editar e, na lista que surge em decorrência dessa ação, clicar Copiar.






Texto para as questões de 18 a 20



A figura acima mostra uma janela do Word 2002, executado em um computador que usa o Windows XP como sistema operacional.



QUESTÃO 18

Com relação à figura e ao Word 2002, assinale a opção correta.

- A Considerando que a palavra "Daniel" esteja selecionada, caso se pressione a tecla , a letra "o" aparecerá à esquerda da palavra "Daniel", que será, então, afastada um espaço para a direita.
- B Para centralizar o título — "Daniel" —, é suficiente clicá-lo e, em seguida, clicar . Ao se clicar, em seguida, o botão , essa ação será desfeita.
- C Ao se clicar o botão , é aberta uma outra janela, mostrando o conteúdo da área de transferência do Windows XP.
- D Para se esconder a barra de ferramentas padrão, é suficiente clicar o botão , à direita dessa barra.





QUESTÃO 19

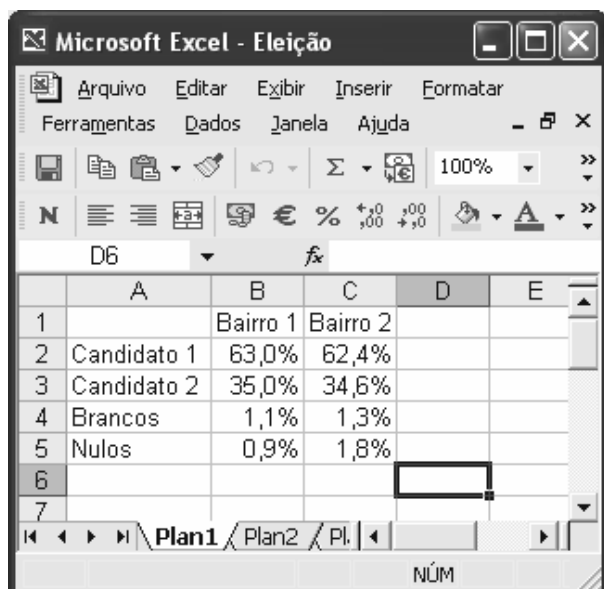
Ainda com relação à figura e ao Word 2002, assinale a opção correta.

- A Ao se aplicar um duplo clique em qualquer local do texto, o Assistente do Office é acionado automaticamente, o que permite a busca de respostas sobre dúvidas a respeito de funcionalidades do Word 2002.
- B Para se abrir uma janela do PowerPoint, é suficiente clicar o botão .
- C Considerando que a palavra "Daniel", no título, esteja selecionada, ao se clicar o menu Editar e, depois, a opção Copiar, essa palavra será copiada para a área de transferência.
- D Ao se clicar o ícone , no canto superior esquerdo da janela, a janela será minimizada.

QUESTÃO 20

Ainda com relação à figura e ao Word 2002, assinale a opção correta.

- A Considerando que a palavra “Daniel” esteja selecionada, caso se clique o botão , todo o parágrafo iniciado em “Daniel é um dos” será circundado com uma borda retangular.
- B É correto concluir, pela análise da figura mostrada, que a palavra “Nabucodonosor” foi sublinhada pelo usuário por meio do botão .
- C A ferramenta  permite definir a cor da fonte usada em um texto selecionado.
- D Como o botão  está exibido, no canto superior direito da janela, é correto afirmar que a mesma está maximizada.




Texto para as questões 21 e 22


	A	B	C	D	E
1		Bairro 1	Bairro 2		
2	Candidato 1	63,0%	62,4%		
3	Candidato 2	35,0%	34,6%		
4	Branco	1,1%	1,3%		
5	Nulos	0,9%	1,8%		
6					
7					

A figura acima mostra uma janela do Excel 2002, executado em um computador que usa como sistema operacional o Windows XP.



















QUESTÃO 21

Com relação à figura e ao Excel 2002, assinale a opção correta.

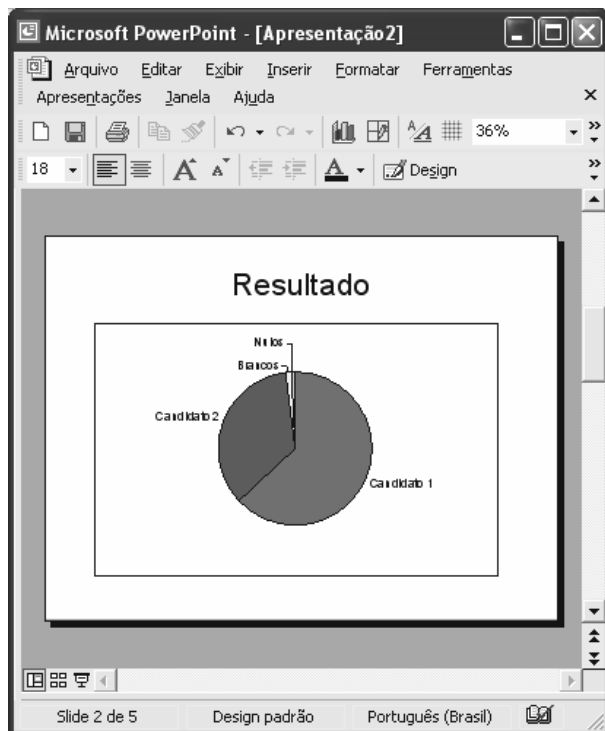
- A Ao se clicar o menu **Formatar**, é exibida uma lista de opções, sendo que algumas permitem alterar a largura da coluna ou a altura da linha em que está contida a célula selecionada.
- B Ao se clicar o botão , todas as células da planilha assumirão a cor atualmente associada a esse botão.
- C Ao se clicar o botão , é aberta a caixa de diálogo Assistente de gráfico, que auxilia o usuário na elaboração de gráficos com os dados da planilha.
- D Ao se clicar a célula B2 e se clicar o botão , o conteúdo da célula B2 será exibido como 63,00%.

QUESTÃO 22





Ainda com relação à figura e ao Excel 2002, assinale a opção que apresenta a descrição correta de uma forma de aplicar negrito às células B1, C1, A4 e A5.

- A Clicar a célula B1; pressionar e manter pressionada a tecla , e clicar a célula C1, liberando então a tecla ; clicar ; clicar ; com o ponteiro do *mouse* posicionado no centro da célula A4, pressionar e manter pressionado o botão esquerdo do *mouse*; mover o *mouse* de forma a posicionar seu ponteiro no centro da célula A5, liberando então o botão esquerdo do *mouse*.
- B Clicar a célula B1; clicar a célula B2; pressionar simultaneamente as teclas  e ; clicar a célula A4; pressionar e manter pressionada a tecla , clicando então a célula A5; clicar .
- C Aplicar um duplo clique na célula B1 e outro duplo clique na célula C1; pressionar simultaneamente as teclas  e ; selecionar as células A4 e A5; pressionar simultaneamente as teclas  e .
- D Clicar a célula B1; clicar ; clicar a célula C1; pressionar simultaneamente as células  e ; clicar a célula A4; pressionar e manter pressionada a tecla  e clicar A5, liberando então a tecla ; clicar .

QUESTÃO 23



A figura acima mostra uma janela do PowerPoint 2002, com um *slide* de uma apresentação. Com relação a essa janela e ao PowerPoint 2002, assinale a opção correta.

- A Para se fazer que o *slide* seja exibido de forma que ocupe toda a tela do monitor de vídeo, é suficiente clicar o botão .
- B Ao se clicar o gráfico mostrado na figura e se alterar o número 18, em , para 9, o gráfico será exibido com metade do tamanho.
- C As funcionalidades do botão  permitem alterar o *design* do *slide*, por meio da seleção de modelos de *design*.
- D Para se aplicar itálico ao título do *slide* mostrado na figura, é suficiente selecionar esse título e clicar .

QUESTÃO 24


A respeito da Internet e de conceitos a ela relacionados, assinale a opção correta.

- A A linguagem html é útil na elaboração de páginas da Web que contenham figuras. Entretanto, essa linguagem não permite a elaboração de páginas que contenham apenas texto e *hyperlinks*.
- B O TCP/IP é usado em redes do tipo Ethernet, mas não tem função relevante na comunicação realizada por meio da *www*.
- C Uma característica da *www* é a absoluta segurança e privacidade. Como todas as informações que circulam na Web são fortemente criptografadas, não existe o risco de interceptação ou uso indevido de informações transmitidas por computadores a ela conectados.
- D As funcionalidades do FTP podem ser úteis na transferência de arquivos entre dois computadores conectados à Internet.

QUESTÃO 25









A figura acima mostra uma janela do Internet Explorer 6, com uma página da Web em exibição. Com relação a essa janela, assinale a opção correta.

- A A página *web* em exibição é um *website* cuja principal aplicação é permitir o envio de mensagens de correio eletrônico.
- B Considerando que a palavra Imagens seja um *hyperlink*, então, ao se clicar essa palavra, será aberto o aplicativo Paint, do Windows XP, que permite a elaboração de desenhos e a edição de imagens.
- C Ao se clicar o botão , é aberta uma janela cuja principal função é permitir a configuração das opções de segurança do Internet Explorer 6.
- D Ao se clicar o menu Ferramentas, será exibida uma lista de opções, incluindo uma denominada Opções da Internet, que permite configurar diversos parâmetros que controlam o funcionamento do Internet Explorer 6.

QUESTÃO 26






Considere que um usuário do Word 2002 deseje copiar, para um arquivo do Word 2002, uma figura contida em uma página da Web, exibida no Internet Explorer 6 (IE6), que possa ser copiada para a área de transferência. Para essa finalidade, no IE6, deve-se

- A aplicar um duplo clique sobre a figura, trazer a janela do Word para o primeiro plano, clicar o menu Editar e clicar Copiar.
- B clicar a figura com o botão direito do *mouse*, e clicar em seguida a opção Copiar; trazer a janela do Word para o primeiro plano, clicar, na área de texto do Word, o local de destino da figura, clicar o menu Editar e clicar Colar.
- C clicar a figura com o botão esquerdo do *mouse*; pressionar simultaneamente as teclas  e ; trazer para o primeiro plano a janela do Word, clicar na área de texto do Word o local de destino da figura e clicar .
- D clicar a figura com o botão esquerdo do *mouse*; clicar ; trazer para o primeiro plano a janela do Word; clicar na área de texto do Word o local de destino da figura; pressionar simultaneamente as teclas  e .

QUESTÃO 27

	A	B	C	D
1	8	5	4	
2	5	8	2	
3	5	5	5	
4				
5				

A figura acima mostra parte de uma janela do Excel 2002, com parte de uma planilha. Assinale a opção que descreve uma forma correta de calcular a média aritmética dos conteúdos das células B1, B2 e B3, expondo o resultado na célula B4.

- A** Clicar a célula B4; digitar $=B1+B2+B3/3$ e, em seguida, teclar .
- B** Clicar a célula B4, clicar .
- C** Clicar a célula B4, clicar ; teclar .
- D** Clicar a célula B4, digitar $=\text{média}(B1:B3)$ e, em seguida, teclar .

QUESTÃO 28

Assinale a opção que contém uma descrição correta para, no Windows XP, abrir a janela Propriedades de Vídeo.

- A** Em um local vazio da área de trabalho, aplicar um duplo clique, fazendo que surja uma lista de opções, incluindo a opção Vídeo, que deve ser clicada.
- B** Aplicar um duplo clique no ícone Meu computador, fazendo que surja uma lista de opções, entre as quais a opção Propriedades de Vídeo; clica-se, então, essa opção.
- C** Clicar, com o botão direito do mouse, um local da área de trabalho sem ícones ou barras; na lista de opções que surge em decorrência dessa ação, clicar Propriedades.
- D** Clicar o botão Iniciar, o que fará que seja exibida uma lista de opções, incluindo a opção Monitor de Vídeo.

QUESTÃO 29

Com relação a programas usados em aplicações associadas à Internet, assinale a opção correta.

- A** O Outlook Express permite, entre outras coisas, enviar e receber mensagens de e-mail e ingressar em grupos de notícias.
- B** O Messenger é um programa cuja principal função é a criação de páginas da Web usando linguagem Java.
- C** Para acessar mensagens de e-mail por meio de sítios do tipo webmail, é essencial que esteja instalado no computador o programa Eudora.
- D** Cookie é a denominação comumente usada para os chamados programas antivírus.

QUESTÃO 30

Considerando que Yuri seja empregado de uma empresa privada denominada Enterprise, localizada nos Estados Unidos da América, assinale a opção que contém uma estrutura válida e usual para um endereço de e-mail para Yuri.

- A** yuri@enterprise.org.usa
- B** yuri@enterprise.com.eua
- C** yuri@enterprise.com.usa
- D** yuri@enterprise.com

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 31**

O dispositivo constitucional que determina que “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”

- A** não admite interpretação extensiva, por tratar-se de norma definidora de direito fundamental.
- B** constitui norma programática.
- C** ocupa o mesmo grau hierárquico do dispositivo constitucional que determina a gratuidade do ensino público.
- D** define um direito coletivo, na medida em que todos os cidadãos brasileiros são titulares desse direito.

QUESTÃO 32

Se o Congresso Nacional aprovasse lei federal determinando que o voto passaria a ser facultativo para todos os eleitores brasileiros, esse dispositivo seria

- A** constitucional.
- B** inconstitucional, por tratar-se de matéria exclusiva de lei complementar.
- C** inconstitucional, por violar cláusula pétrea.
- D** inconstitucional, pois essa modificação no direito brasileiro demandaria a edição de emenda à Constituição da República.

QUESTÃO 33

Um jornal noticiou que “por seis votos a cinco, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedente ação direta de inconstitucionalidade (ADI), promovida por um partido de oposição, contra dispositivos de medida provisória (MP) que modificavam os critérios para a constituição de partidos políticos”. Nessa situação,

- A** o fato de os referidos dispositivos tratarem de matéria relativa a partidos políticos é motivo suficiente para a declaração de sua inconstitucionalidade.
- B** a referida decisão tem efeitos *erga omnes* porque a norma declarada inconstitucional foi uma MP, o que torna dispensável a suspensão da sua execução pelo Senado Federal.
- C** a referida ação não deveria ter sido conhecida pelo tribunal, pois partidos políticos não têm legitimidade ativa para propor esse tipo de processo.
- D** a referida decisão não tem efeitos vinculantes porque foi tomada por maioria simples.

QUESTÃO 34

Recentemente, um grupo de deputados apresentou projeto de lei que tornava exclusivo de brasileiros natos os cargos de senador da República. Frente a essa situação, o presidente da República ingressou no STF com ADI, postulando declaração da inconstitucionalidade do referido projeto. Nessa situação,

- A** a ação não deve ser conhecida, pois projetos de lei não são submetidos a controle abstrato de constitucionalidade.
- B** a ação não deve ser conhecida em virtude de ilegitimidade ativa, dado que apenas membros do Congresso Nacional podem propor ADI contra proposição legislativa.
- C** embora não seja cabível ADI, o princípio da fungibilidade das ações constitucionais determina que a referida ação deva ser recebida, processada e julgada como arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- D** a ação deve ser conhecida, mas o pedido deve ser improvido, dada a constitucionalidade material da referida norma.

QUESTÃO 35

A Constituição da República determina que a cada município brasileiro cabe

- A constituir um tribunal de contas municipal, para realizar a fiscalização externa das contas municipais.
- B instituir e manter os juizados especiais cíveis, que são parte integrante do Poder Judiciário municipal.
- C constituir e manter as polícias militares, que são os órgãos da segurança pública municipal responsáveis pelo policiamento ostensivo.
- D prestar o serviço público de transporte coletivo, seja diretamente, seja mediante regime administrativo de concessão ou permissão.

QUESTÃO 36

O Ministério Público Eleitoral

- A é um órgão do Ministério Público da União.
- B é um órgão do Ministério Público Federal.
- C é um órgão do Ministério Público dos Estados.
- D não integra o rol dos órgãos do Ministério Público definido pela Constituição da República.

QUESTÃO 37

O TRE-AM é um(a)

- A órgão do TSE.
- B entidade vinculada ao TSE.
- C órgão da União.
- D entidade de caráter federal.

Texto para as questões 38 e 39

Ana, servidora pública, solicitou a concessão de licença para capacitação, com o objetivo de cursar, por dois meses, um curso de língua inglesa na Austrália. O pedido foi indeferido porque a autoridade competente, Bartolomeu, considerou que, embora presentes os requisitos formais que permitissem a concessão desse tipo de licença, não havia interesse da administração em liberar servidores para efetuarem esse tipo de curso. Ana, então, apresentou pedido de reconsideração, argumentando que a capacitação dos servidores para falar outras línguas era relevante para a administração, mas esse pedido foi indeferido por Bartolomeu, que reiterou a inexistência de interesse administrativo. Irresignada, Ana ingressou com recurso contra o indeferimento do pedido de reconsideração, dirigindo-o à autoridade imediatamente superior a Bartolomeu.

QUESTÃO 38

Com relação ao direito de Ana à referida licença, bem como à decisão que indeferiu o pedido de concessão, assinale a opção correta.

- A Para ter direito à referida licença, Ana necessita ser servidora estável com um mínimo de cinco anos de efetivo exercício.
- B A decisão indeferitória é válida porque é dispensável a motivação expressa de atos discricionários.
- C A decisão indeferitória é inválida em virtude da aplicabilidade ao caso da teoria dos motivos determinantes.
- D A decisão indeferitória é inválida, pois há violação do princípio da legalidade.

QUESTÃO 39

Com relação ao pedido de reconsideração de Ana e ao recurso contra a decisão que o indeferiu, assinale a opção correta.

- A O pedido de reconsideração deveria ter sido dirigido ao superior imediato de Bartolomeu.
- B O pedido de reconsideração é descabido, por tratar-se de decisão de caráter discricionário.
- C O recurso interposto por Ana é descabido, pois pedidos de reconsideração são irrecorríveis.
- D Ana dirigiu o recurso à autoridade correta.

QUESTÃO 40

No curso de um procedimento licitatório realizado para a aquisição de computadores, um dos concorrentes foi inabilitado por não apresentar comprovação de determinado requisito ligado à regularidade fiscal. Irresignado, esse licitante ingressou com recurso contra a inabilitação, demonstrando claramente que a comprovação do requisito estava presente na documentação originalmente entregue. Porém, o recurso foi apresentado fora do prazo legal, embora antes da abertura das propostas. Frente a essa situação, a autoridade competente indeferiu o recurso, por intempestividade, mas decidiu anular, de ofício, a inabilitação, determinando que o licitante fosse considerado habilitado e que suas propostas fossem abertas juntamente com as restantes. Nessa situação, é correto afirmar que essa autoridade

- A deveria ter julgado procedente o recurso, uma vez que invalidou a inabilitação.
- B deveria ter revogado a inabilitação, em vez de anulá-la.
- C cometeu abuso de autoridade ao invalidar, de ofício, o ato de inabilitação.
- D atuou de acordo com o princípio administrativo da autotutela.

QUESTÃO 41

Na licitação realizada na modalidade pregão, é inviável a opção pelo tipo técnica e preço. Essa afirmação é

- A correta.
- B errada, pois o pregão não é uma modalidade de licitação e sim uma espécie de tomada de preços.
- C errada, pois o pregão não é uma modalidade licitatória e sim uma espécie de leilão.
- D errada, pois a opção pelo tipo técnica e preço é viável sempre que se tratar de pregão para a contratação de serviços de natureza predominantemente intelectual.

QUESTÃO 42

Um TRE publicou edital de concurso público para provimento de uma única vaga de ortodontista. O edital continha cláusula determinando que o concurso seria válido por seis meses, contados da homologação do concurso. Nessa situação, é correto afirmar que essa cláusula é

- A válida.
- B inconstitucional, pois a Constituição da República determina que a validade mínima de concursos públicos é de 2 anos.
- C ilícita, pois a lei determina que os concursos públicos devem valer por no mínimo 1 ano.
- D inválida, porque é incompatível com o princípio da moralidade administrativa.

QUESTÃO 43

A condenação de um servidor público pela prática de ato de improbidade administrativa

- A somente é lícita quando o servidor ocupa cargo comissionado.
- B deve ocorrer mediante processo administrativo disciplinar.
- C exige a comprovação de enriquecimento ilícito.
- D pode acarretar suspensão de seus direitos políticos.

QUESTÃO 44

Na hipótese de redistribuição, não é o servidor que é deslocado de um cargo para outro, mas é o próprio cargo que é deslocado para outro órgão ou entidade, dentro do mesmo poder. Essa afirmação é

- A correta.
- B errada, pois, na redistribuição, o servidor é deslocado do seu cargo original para outro cargo vago.
- C errada, pois o deslocamento do cargo somente ocorre na hipótese de readaptação.
- D errada, pois a redistribuição implica passagem do cargo dos quadros de um poder para outro.

QUESTÃO 45

Júlio, domiciliado em Brasília – DF, é oficial do Exército há cerca de 12 anos e pretende candidatar-se ao cargo de senador nas próximas eleições. Paulo e Manoel são seus suplentes partidários.

A partir dessa situação hipotética e com fulcro nas disposições do Código Eleitoral e da Lei n.º 9.504/1997, assinale a opção **incorreta**.

- A O registro da candidatura de Júlio deverá ser requerido ao TRE-DF.
- B Os registros de Paulo e Manoel far-se-ão concomitantemente com o registro de Júlio.
- C O partido político de Júlio deverá requerer seu registro até o dia 5 de julho do ano da eleição.
- D No ato do registro da candidatura, Júlio passará automaticamente para a inatividade.

QUESTÃO 46

Antenor, brasileiro nato, aos 19 anos de idade, procurou a justiça eleitoral do Distrito Federal para requerer seu alistamento.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta com base na Resolução do TSE n.º 21.538/2003.

- A No ato do requerimento de seu alistamento eleitoral, é suficiente que Antenor apresente sua carteira de identidade e um comprovante de residência.
- B Do despacho do juiz eleitoral que deferir o pedido de inscrição de Antenor não caberá recurso.
- C Ao requerer seu alistamento eleitoral, Antenor incorrerá em multa imposta pelo juiz eleitoral competente.
- D O número de inscrição eleitoral de Antenor será composto de doze algarismos, sendo os dois primeiros números representativos da unidade da Federação de origem da inscrição.

QUESTÃO 47

Professores e servidores da rede pública de ensino de vários estados brasileiros decidiram fundar o Partido pelo Progresso da Educação Nacional (PPEN). Ivan, em pleno gozo de seus direitos políticos, tendo-se identificado com as propostas do partido e pretendendo concorrer ao cargo eletivo de deputado federal, procurou o PPEN para filiar-se.

Com referência a essa situação hipotética e com base na Lei n.º 9.096/1995, assinale a opção **incorreta**.

- A Os fundadores do PPEN devem ser domiciliados em, no mínimo, nove unidades federativas do Brasil, a fim de formularem pedido de requerimento do partido no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
- B O registro do estatuto do PPEN no Registro Civil das Pessoas Jurídicas assegura a exclusividade de sua denominação, sua sigla e seus símbolos em âmbito nacional.
- C Para concorrer ao cargo de deputado federal, Ivan deve filiar-se ao PPEN pelo menos um ano antes da data das eleições.
- D Se, na forma de seu estatuto, o PPEN se fundir com outro partido, será cancelado seu registro perante o Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

QUESTÃO 48

Aníbal afastou-se definitivamente do cargo de delegado de polícia, nos três meses anteriores ao pleito eleitoral, para concorrer ao cargo de vice-prefeito em certo município mineiro onde exercia suas atividades. Breno, membro do Ministério Público, que há cerca de cinco anos integrou diretório de partido político, decidiu impugnar o registro da candidatura de Aníbal.

Considerando essa situação hipotética e com base na disciplina normativa da Lei Complementar n.º 64/1990, assinale a opção correta.

- A Qualquer cidadão, no gozo de seus direitos políticos, poderá dar notícia de inelegibilidade, mediante petição fundamentada, sobre a qual decidirá o juiz eleitoral competente.
- B Para candidatar-se ao cargo eletivo, Aníbal deveria ter-se afastado do cargo de delegado de polícia nos seis meses anteriores ao pleito eleitoral.
- C Compete ao TRE-MG conhecer e decidir eventual arguição de inelegibilidade contra o registro da candidatura de Aníbal.
- D Breno encontra-se impedido de impugnar o registro da candidatura de Aníbal.

QUESTÃO 49

Ametista é candidata a vereadora em um município que possui cerca de dezenove mil eleitores. Como não dispõe de recursos próprios, a campanha eleitoral de Ametista será financiada por terceiros.

Considerando a situação hipotética apresentada e com base nas normas da Lei n.º 9.504/1997, assinale a opção **incorreta**.

- A As doações à campanha de Ametista, feitas por pessoas físicas, deverão ser limitadas a 10% dos rendimentos brutos auferidos no ano anterior à eleição.
- B O partido político de Ametista deverá comunicar ao respectivo TRE os valores máximos de gastos com sua campanha, no ato do pedido de registro da candidatura.
- C Despesas com o transporte ou deslocamento de Ametista, quando em campanha, são consideradas gastos eleitorais.
- D Ametista é a única responsável pela veracidade das informações financeiras e contábeis de sua campanha.

QUESTÃO 50

A respeito da competência, assinale a opção **incorreta**.

- A O foro de eleição, ou foro do contrato, desloca a competência originalmente prevista para a ação, quando se tratar de competência territorial e versar sobre direitos patrimoniais disponíveis. Nesse caso, o foro pode ser eleito, mas o juízo no qual será ajuizada a ação, não.
- B Compete ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) dirimir o conflito de competência suscitado pelo TRE em face do juiz federal em que se discuta a competência para julgamento de ação de anulação de débito decorrente de multa arbitrada pela justiça eleitoral.
- C A prorrogação da competência por ausência de exceção declinatória abrange todas as situações de incompetência relativa, pouco importando o objeto ou a natureza da ação ajuizada.
- D A incompetência absoluta pode ser alegada a qualquer tempo, mas o réu que não o fizer no momento processual adequado responderá integralmente pelas custas e honorários advocatícios, ainda que a pretensão do autor seja julgada improcedente.

QUESTÃO 51

A respeito da formação, extinção e suspensão do processo, assinale a opção correta.

- A No caso de falecimento de qualquer das partes, o processo é suspenso no exato momento em que ocorrer o óbito. No entanto, o início da suspensão será o do conhecimento pelo juiz do fato gerador, a decisão não terá efeito retroativo e serão válidos os atos processuais até então praticados.
- B Se a produção de prova for requisitada mediante carta precatória e desde que a prova nela solicitada seja imprescindível e requerida antes do despacho saneador, o processo será suspenso até a devolução da carta ao juízo deprecante.
- C A sentença que reconhece a preempção, a litispendência ou a prescrição e indefere a petição inicial é classificada como sentença terminativa que não faz coisa julgada material.
- D Para a formação do processo, exige-se a presença do juiz e das duas partes que compõem a relação processual. Sem a efetiva presença de alguma das partes, ainda que devidamente citada ou intimada, a relação processual não se forma ou é impedido o prosseguimento do processo.

QUESTÃO 52

A respeito da ação e dos sujeitos do processo, assinale a opção correta.

- A Ocorre a sucessão processual quando um terceiro assume o lugar do litigante, ocupando a mesma posição e passando a integrar a relação processual na condição de sucessora da parte originária. Nesse caso, o sucessor atua em nome próprio por um direito que lhe é próprio.
- B Ocorre a substituição processual quando a titularidade da relação processual é atribuída a pessoa distinta da que figura na relação jurídica de direito material, como, por exemplo, ocorre quando a parte é representada em juízo por seus pais ou por seus representantes legais.
- C Tem legitimidade ativa para agir o titular da pretensão formulada em face de quem é o sujeito passivo dessa mesma pretensão. Essa legitimidade, seja ativa ou passiva, corresponde à capacidade processual de ser parte.
- D Ocorre cumulação de ações quando se verifica a coexistência de várias ações à disposição e à escolha do autor para fazer valer a sua pretensão contra um ou vários réus, mediante o ajuizamento de duas ou mais ações, por via do mesmo processo.

QUESTÃO 53

Quanto aos recursos, assinale a opção correta.

- A Se o órgão prolator da decisão impugnada entender que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade e receber o recurso interposto pela parte sucumbente, poderá o recorrido interpor agravo retido contra essa decisão.
- B O relator, de ofício, pode não conhecer do agravo de instrumento se não forem observados os requisitos de sua admissibilidade, incluindo-se o da obrigatoriedade da comunicação da interposição do recurso ao juiz prolator da decisão impugnada.
- C Os embargos de declaração podem, excepcionalmente, ter efeitos modificativos, e essa possibilidade sobrevém como consequência necessária do provimento do recurso, mas a pretensão recursal deduzida pelo embargante, não.
- D São cabíveis embargos de declaração de qualquer decisão judicial, mesmo que de mero expediente, e a sua interposição interrompe o prazo para os outros recursos, salvo quando os embargos forem declarados protelatórios.

QUESTÃO 54

Quanto à execução fiscal, assinale a opção correta.

- A A cobrança da dívida ativa da União, fundada em multas eleitorais, aplicadas para infrações não-penais, é da competência da justiça federal do foro do domicílio eleitoral do devedor.
- B Em ação de execução fiscal, a prescrição intercorrente pode ser alegada por meio de exceção de pré-executividade ou ser decretada pelo juiz, de ofício, após ouvido o representante da fazenda pública.
- C A multa eleitoral constitui dívida ativa não-tributária e a legitimidade para ajuizar a ação de cobrança é do representante do Ministério Público Eleitoral.
- D Na execução fiscal, o despacho que determinar a citação não interrompe a prescrição, mas suspende o prazo prescricional até a citação válida do devedor. Se não houver a citação do devedor no prazo de 180 dias, o juiz extinguirá a execução.

QUESTÃO 55

A respeito dos contratos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Quanto à execução, o contrato de execução diferida, também chamado de contrato de trato sucessivo, é aquele cujo adimplemento situa-se no futuro, em várias prestações.
- Ⓑ Nos contratos de adesão, as partes podem criar regras próprias de interpretação, pois as previstas na teoria geral dos contratos são de natureza supletiva, podendo ser afastadas por convenção que estipule que as cláusulas não podem ser interpretadas contra o estipulante ou que represente renúncia antecipada por qualquer das partes a direito resultante da natureza do negócio.
- Ⓒ Se alguém, ao contratar, promete fato de terceiro, esse contrato tem a eficácia de obrigar quem dele não participou e criar uma relação jurídica entre um dos contratantes e o terceiro. Se a obrigação não vier a ser cumprida, a responsabilidade patrimonial por perdas e danos incide sobre aquele que deveria executar o fato, isto é, o terceiro.
- Ⓓ Nos contratos aleatórios, as obrigações das partes podem se tornar desproporcionais, conforme o risco contratado. Na modalidade *emptio rei speratae* (venda da coisa esperada), o risco contratado é parcial. Se houver desproporção, as partes continuam obrigadas, exceto se o objeto da obrigação de uma das partes não vier a existir.

QUESTÃO 56

Quanto à responsabilidade civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ Segundo a teoria do risco criado, quem exerce determinadas atividades deve ser responsável também pelos riscos delas decorrentes e responderá objetivamente por indenização, independentemente da valoração da conduta dos sujeitos envolvidos ou da ocorrência de danos.
- Ⓑ Os danos causados por veículos automotores são abrangidos pela cláusula geral da responsabilidade objetiva, considerando-se que a atividade é, em si, potencialmente perigosa.
- Ⓒ O reconhecimento da concorrência de culpa da vítima pelo evento danoso não altera a natureza da indenização, mas o valor da indenização será fixado segundo o critério da gravidade da culpa da vítima em comparação com a culpa do agente causador do dano.
- Ⓓ Se o incapaz causar um dano injusto, a obrigação de indenizar recairá diretamente sobre o patrimônio daquele a que a lei indica como seu responsável, por presunção relativa de culpa pela violação do dever de vigilância sobre os incapazes.

QUESTÃO 57

Acerca dos fatos e atos jurídicos, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ É anulável o negócio jurídico que o representante, no seu interesse ou por conta de outro, celebra consigo mesmo. No entanto, considera-se sanado o defeito quando o representante substabelece os poderes que recebeu do representado e o negócio é celebrado entre o substabelecido e o representante.
- Ⓑ É fraude contra credores a concessão de garantia real de dívida feita pelo devedor insolvente a um dos seus credores quirografários.
- Ⓒ Por reserva mental entende-se a manifestação de vontade diversa da real intenção do agente. A reserva mental é indiferente à validade do negócio jurídico, exceto quando o destinatário da manifestação de vontade efetuada com reserva mental tiver conhecimento da mesma.
- Ⓓ É de quatro anos o prazo de decadência para a propositura das ações anulatórias, em caso de defeitos do negócio jurídico e atos praticados por relativamente incapazes, sem a devida assistência.

QUESTÃO 58

A respeito das pessoas físicas e jurídicas, assinale a opção correta.

- Ⓐ Por meio do nome civil a pessoa natural é identificada no seu ambiente familiar e no meio social; por isso, o nome é imutável, exceto se a mudança decorrer da adoção de menor ou do casamento.
- Ⓑ Os bens pertencentes a pessoa jurídica e os bens que integrem o estabelecimento empresarial são de propriedade dos seus sócios, em comunhão ou condomínio, na proporção representada pelas quotas da sociedade limitada ou pelas ações da sociedade anônima.
- Ⓒ A emancipação voluntária é ato unilateral de concessão realizado pelos pais, em pleno exercício da autoridade parental, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, desde que o menor já tenha completado 16 anos.
- Ⓓ A sociedade de fato ou irregular não tem personalidade jurídica, mas possui capacidade de ser parte no processo, tem autonomia patrimonial em relação aos sócios e responsabilidade própria.

QUESTÃO 59

A respeito da Lei de Introdução do Código Civil e das pessoas, assinale a opção correta.

- Ⓐ A lei nova que estabelece disposições gerais revoga as leis especiais anteriores que dispõem sobre a mesma matéria, pois não pode ocorrer conflito de leis, ou seja, aquele em que diversas leis regem a mesma matéria.
- Ⓑ Nas ações envolvendo a sucessão por morte real ou presumida, deve ser aplicada a lei do país do domicílio do autor da herança, quaisquer que sejam a natureza e a situação dos bens. Quanto à capacidade para suceder, aplica-se a lei do domicílio do herdeiro ou legatário.
- Ⓒ As leis, por serem preceitos de ordem pública, ou seja, de observância obrigatória, sejam cogentes ou dispositivas, têm força coercitiva e não podem ser derogadas por convenção entre as partes.
- Ⓓ A finalidade da interpretação da lei é revelar sua significação e também dar-lhe uma interpretação atual que atenda às necessidades do momento histórico em que está sendo aplicada. Quanto à origem, a interpretação autêntica é realizada pelos tribunais e juízes nas decisões proferidas nos casos concretos que lhes são submetidos a julgamento.

QUESTÃO 60

As interceptações telefônicas têm regência na Lei n.º 9.296/1996. Assinale a opção correta acerca das conclusões que se pode tomar a partir da interpretação constitucional e legal das interceptações telefônicas.

- Ⓐ A interceptação telefônica não pode ser realizada além do prazo legal de 6 meses, sob pena de que isso caracterize obtenção de provas por meio ilícito e excesso de prazo, ainda que a prorrogação seja determinada por ato judicial que a tenha renovado por necessidade.
- Ⓑ A gravação de conversa feita por um dos interlocutores ou com a sua anuência não é considerada interceptação telefônica, excluindo-se, assim, a ilicitude do meio de obtenção da prova.
- Ⓒ É necessária a transcrição das conversas a cada pedido de renovação da escuta telefônica, pois o que importa, para a renovação, é que o conteúdo das conversas esteja juntado ao processo criminal.
- Ⓓ Ainda que esteja relacionada com o fato criminoso investigado, é ilícita a prova de crime diverso obtida mediante a interceptação de ligações telefônicas de terceiro não arrolado na autorização judicial da escuta.

QUESTÃO 61

No Brasil, a incorporação de inovações no sistema judicial teve impulso a partir dos anos 80 do século XX, em especial após a promulgação da Constituição de 1988. Uma série de novos mecanismos para a solução de litígios foi criada com vistas à agilização dos trâmites processuais, entre os quais têm significado relevante os juizados especiais cíveis e criminais, voltados para as denominadas pequenas causas e para os delitos de menor potencial ofensivo, previstos no ordenamento constitucional e regulamentados pela Lei Federal n.º 9.099/1995. Aproximadamente 6 anos após a promulgação dessa lei, foi editada a Lei n.º 10.259/2001, que instituiu os juizados especiais federais.

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo. **Juizados especiais criminais: uma abordagem sociológica sobre a informalização da justiça penal no Brasil**. RBCS, v. 16, n.º 47, out./2001 (com adaptações).

A respeito da correlação entre os juizados acima mencionados, assinale a opção correta.

- Ⓐ A Lei n.º 10.259/2001 delegou aos juizados especiais estaduais competência para processar e julgar, nas comarcas em que não há varas federais, causas em que forem partes a instituição previdenciária e o segurado.
- Ⓑ Após o advento da Lei n.º 10.259/2001, os crimes cujas penas não excedam a um ano passaram a ser considerados como de menor potencial ofensivo no âmbito da justiça federal e no âmbito da justiça estadual.
- Ⓒ As Leis n.º 9.099/1995 e n.º 10.259/2001 não incidem sobre os crimes de menor potencial ofensivo quando estes estiverem sujeitos a procedimentos especiais.
- Ⓓ Na hipótese de concurso de crimes, a pena considerada para fins de fixação de competência dos juizados especiais será o resultado da soma, no caso de concurso material, ou a exasperação, na hipótese de concurso formal ou crime continuado, das penas máximas cominadas aos delitos.

QUESTÃO 62

Fernando Capez sustenta que o fundamento da ação penal privada é evitar que o escândalo do processo provoque ao ofendido mal maior que a impunidade do criminoso, decorrente da não propositura da ação penal. A diferença básica entre a ação penal pública e a ação penal privada seria apenas a legitimidade de agir; nesta última, extraordinariamente atribuída à vítima apenas devida a razões de política criminal — em ambos os casos, todavia, o Estado retém consigo a titularidade do direito de punir.

Rafael Lopes do Amaral. *A ação penal privada e os institutos da lei dos juizados especiais criminais*. In: *Jus Navigandi*. Teresina, ano 9, n.º 765, ago./2005 (com adaptações).

Acerca da ação penal privada, assinale a opção correta.

- Ⓐ Quando o Ministério Público pede arquivamento da representação, descabe o ajuizamento de ação penal privada, subsidiária da ação penal pública, já que não houve omissão do Ministério Público.
- Ⓑ Em crimes contra a honra praticados contra funcionário público *propter officium*, não se admite a legitimidade concorrente do ofendido para promover ação penal privada. Nesses casos, a ação deve ser pública condicionada à representação.
- Ⓒ O perdão do ofendido, seja expresso ou tácito, é causa de extinção da punibilidade nos crimes que se apuram exclusivamente por ação penal privada e naqueles em que há ação penal pública incondicionada.
- Ⓓ O benefício do *sursis* processual, previsto na Lei n.º 9.099/1995, não permite a aplicação da analogia *in bonam partem*, prevista no Código de Processo Penal, razão pela qual não é cabível nos casos de crimes de ação penal privada.

QUESTÃO 63

Assinale a opção correta em relação ao instituto da revisão criminal.

- Ⓐ O pleito de revisão criminal pode constituir mera reiteração de recurso de apelação anteriormente interposto pelo condenado.
- Ⓑ Não cabe revisão criminal para rever sentença proferida contra pessoa que, em momento posterior, se sabe não ter cometido o crime objeto da condenação. É parte ilegítima para ajuizá-la a pessoa que tem seu nome lançado como réu na sentença condenatória proferida com erro na identificação do agente do delito.
- Ⓒ Aplicando-se o princípio da fungibilidade entre o *habeas corpus* e a revisão criminal, é possível desconstituir decisão transitada em julgado por meio de *habeas corpus*, se verificada a existência de flagrante ilegalidade.
- Ⓓ O ajuizamento de revisão criminal obsta a execução da sentença condenatória transitada em julgado, tendo em vista que o pedido revisional possui efeito suspensivo.

QUESTÃO 64

Considerando a lei e a doutrina formada a respeito da prova no processo penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ Cabe invocar a aplicação da teoria dos frutos da árvore envenenada com o intuito de anular todas as provas obtidas durante uma investigação, ainda quando parte dos elementos probatórios sejam válidos, independentes, não-contaminados e aptos a sustentar essa investigação.
- Ⓑ Eventuais vícios do inquérito policial não contaminam o acervo probatório arrecadado na fase judicial sob o crivo do contraditório, sendo, portanto, prematura a aplicação da teoria dos frutos da árvore envenenada nessa fase.
- Ⓒ No processo penal, cabe à defesa do réu provar o fato constitutivo do delito que lhe é imputado e à acusação provar fatos modificativos, extintivos e impeditivos do direito da defesa.
- Ⓓ O direito de produzir prova com vistas à verdade real assegurado aos indivíduos no processo penal não pode ser limitado pelas liberdades públicas constitucionalmente previstas, pois estas foram previstas em tese, com foco no processo civil.

QUESTÃO 65

Determinado juiz foi denunciado perante o tribunal de justiça por prática do crime de abuso de autoridade. De acordo com a denúncia, o juiz invadiu a sala de aula do colégio de seu filho e ofendeu a professora por ter retirado a criança da sala de aula. No momento da invasão, afirmou que a professora não poderia retirar o filho de um juiz e, portanto, de uma autoridade da sala de aula. A professora, então, tentou explicar os procedimentos da escola, mas o juiz, proferindo palavras de baixo calão, mandou-a calar a boca, sob pena de prisão em flagrante delito. A denúncia contra o juiz foi oferecida um ano e três meses após o cometimento do delito, e a pena máxima a que ele pode ficar submetido, de acordo com a lei, é de 6 meses de detenção.

Considerando a situação hipotética acima e a legislação e doutrina sobre o crime de abuso de autoridade, assinale a opção correta.

- Ⓐ O delito cometido tem duplo sujeito passivo: o sujeito passivo imediato — a professora — e o sujeito passivo mediato — o Estado, titular da administração pública.
- Ⓑ O delito de abuso de autoridade cometido é crime ao qual se aplicam os institutos despenalizadores como a transação penal, razão pela qual tal benefício deve ser oferecido ao juiz antes do recebimento da denúncia.
- Ⓒ Como a lei que prevê os crimes de abuso de autoridade fez expressa referência ao prazo prescricional de um ano, não se aplica ao caso o prazo do Código Penal, estando, portanto, prescrita a pretensão punitiva do Estado.
- Ⓓ É possível punir o juiz pela prática do crime culposos de abuso de autoridade.

QUESTÃO 66

Assinale a opção correta a respeito dos crimes contra a administração pública.

- Ⓐ Os crimes praticados por servidor contra a administração pública são circunscritos às hipóteses previstas no Código Penal.
- Ⓑ Esse tipo de crime é classificado como impróprio, pois exige-se do agente uma determinada qualidade, no caso, ser servidor público.
- Ⓒ Os crimes praticados por servidor público contra a administração pública previstos no Código Penal são delitos de ação penal pública incondicionada.
- Ⓓ O conceito de funcionário público para o direito penal é o mesmo previsto na esfera do direito administrativo, tendo em vista a comunicabilidade das instâncias penal e administrativa para fins de punição à má atuação dos servidores.

QUESTÃO 67

O 25.º Batalhão de Polícia Militar apreendeu 18 veículos com sinais de adulteração. Desses, 4 foram periciados por perito da delegacia estadual de furtos e roubos de veículos automotores, em Goiânia, constatando-se serem provenientes de furto/roubo. Em outro automóvel, foi encontrado um chassi antigo, que ficou constatado ser produto de furto/roubo.

Os demais 13 veículos apreendidos possuíam indícios de adulteração, como motores raspados ou furtados, placas de identificação das latas raspadas ou possivelmente falsificadas, numeração do vidro fora do padrão adotado pelas revendedoras e motores visivelmente remarcados.

Daniel Gomes da Silva – 2.º Ten QOPM — Chefe da ALI/25.º BPM. Internet: <www.pm.go.gov.br> (com adaptações).

Com base nos fatos narrados no texto acima, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Entre os crimes mencionados no texto, destaca-se a adulteração ou remarcação do número de chassi ou de qualquer sinal identificador de veículo automotor, de seu componente ou equipamento, conforme previsto no Código Penal.
- Ⓑ Ao criminalizar a adulteração de veículos automotores, a vontade do legislador foi proteger a confiança que se deposita nos sinais que têm por finalidade conferir autenticidade aos veículos, bem como aos seus agregados. Nesse contexto, o crime de adulteração é considerado crime contra a fé pública.
- Ⓒ Caso se constate que a adulteração dos chassis ocorreu mediante alteração de um único dígito de cada numeração original, incidirá o princípio da insignificância e ficará caracterizada a atipicidade material da conduta da quadrilha.
- Ⓓ A prática de adulteração é um crime formal, pois independe de resultado lesivo para sua configuração, além de ser delito que depende de complementação normativa (norma penal em branco), uma vez que a legislação de trânsito precisará ser utilizada para integrar o conceito de sinais identificadores de veículos automotores.

QUESTÃO 68

Em relação aos pressupostos teóricos da figura da desistência voluntária, assinale a opção correta.

- Ⓐ Para que se possa falar em desistência voluntária, é preciso que o agente já tenha ingressado na fase dos atos de execução do delito, pois, caso o agente se encontre praticando atos preparatórios, sua conduta será considerada um indiferente penal.
- Ⓑ A desistência voluntária, para configurar-se, necessita que o ato criminoso não ocorra em circunstâncias que dependam diretamente da vontade do autor do delito.
- Ⓒ A concretização da desistência exige tanto a voluntariedade da conduta do agente quanto a espontaneidade do ato.
- Ⓓ Segundo a fórmula de Frank, quando, na análise do fato, se verificar que o agente pode prosseguir mas não quer, o caso é de crime tentado e quando o agente quer prosseguir, mas não pode, o caso é de desistência voluntária.

QUESTÃO 69

Na reforma do Código Penal de 1984, foram introduzidas, com a Lei n.º 7.209/1984, as penas restritivas de direitos no ordenamento jurídico brasileiro. Entre elas, a prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas, a interdição temporária de direitos e a limitação de fim de semana. Essas penas, apeladas pela sociedade de penas alternativas, têm caráter substitutivo. Quatorze anos mais tarde, a Lei n.º 9.714/1998 reformulou dispositivos do Código Penal, introduzindo mais duas penas restritivas de direitos — a prestação pecuniária e a perda de bens e valores.

Diogo Marques Machado. *Penas alternativas*. In: Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n.º 460, out./2004 (com adaptações).

Acerca das penas alternativas, assinale a opção correta.

- Ⓐ A relação de penas alternativas deve ser interpretada de maneira ampliativa, sendo permitido ao juiz condenar o réu a pena alternativa diversa daquelas previstas.
- Ⓑ A prestação pecuniária e a multa são institutos equivalentes, pois, nas duas, o montante adquirido pelo Estado é dirigido em favor de pessoas, como, por exemplo, a vítima e seus dependentes ou entidades particulares com destinação social.
- Ⓒ A prestação pecuniária se confunde com o valor indenizatório deduzido no juízo cível, pois os dois institutos têm caráter reparatório, sendo considerados indenização ou compensação pelos danos ocorridos com o delito.
- Ⓓ São propósitos das penas alternativas a diminuição da superlotação dos presídios com a manutenção da eficácia preventiva geral e especial da pena, a redução dos custos do sistema penitenciário, o favorecimento de ressocialização do autor do fato e a redução da reincidência.

QUESTÃO 70

Consoante o princípio constitucional da uniformidade geográfica, assinale a opção correta.

- A O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) que incide sobre energia elétrica deve ser uniforme em todo o território nacional.
- B O imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) que incide sobre serviços bancários deve ter a mesma alíquota em todo o território nacional.
- C Não deve haver diferença de incidência do imposto de renda em razão de diferentes localizações dos contribuintes em todo o território nacional.
- D O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) não admite diferenciação entre contribuintes em razão da localização dos imóveis urbanos.

QUESTÃO 71

Assinale a opção **incorreta**, considerando a função dos impostos.

- A O imposto sobre produtos industrializados (IPI) tem, a um só tempo, as funções fiscal e extrafiscal.
- B O ICMS tem, ao mesmo tempo, função fiscal e extrafiscal.
- C A principal função do imposto sobre a exportação é extrafiscal.
- D O imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR) tem função fiscal e para-fiscal.

QUESTÃO 72

De acordo com as normas estabelecidas pelo Código Tributário Nacional, assinale a opção **incorreta**, considerando que duas pessoas sejam solidariamente responsáveis pelo pagamento de determinado tributo.

- A O pagamento efetuado por um deles aproveita ao outro.
- B A isenção dada pessoalmente a um exonera o outro.
- C A remissão de crédito concedida a um exonera o outro.
- D A interrupção da prescrição contra um prejudica o outro.

QUESTÃO 73

A legislação tributária recepcionada pela Constituição Federal como complementar oferece à administração tributária amplas garantias ao crédito tributário. Assim é que vários dos componentes do patrimônio de um devedor respondem pelo pagamento do crédito tributário. Entretanto, os componentes patrimoniais que proporcionam essa amplitude de garantias **não** incluem

- A os bens em geral gravados com privilégios especiais ou que a lei declare absolutamente impenhoráveis, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula.
- B os bens em geral gravados por ônus real, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula.
- C os bens gravados por cláusula de inalienabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula.
- D a totalidade das rendas, excetuadas unicamente aquelas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.

QUESTÃO 74

A consignação em pagamento é a forma de extinção do crédito tributário requerida em juízo, em razão de determinados atos, por parte do fisco, que impedem o pagamento normal de uma obrigação tributária. Entretanto, **não** configura hipótese de utilização da consignação em pagamento o fato de o fisco

- A recusar-se a receber o pagamento.
- B subordinar o recebimento ao pagamento de um outro tributo.
- C subordinar o recebimento ao cumprimento de obrigação acessória.
- D subordinar o recebimento ao cumprimento de exigências administrativas legalmente impostas.

QUESTÃO 75

De acordo com o art. 37 da Constituição Federal, a administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios deve obedecer aos princípios de legalidade,

- A qualidade, liberdade, pluralidade e eficiência.
- B impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- C impessoalidade, moralidade, pluralidade e eficiência.
- D imparcialidade, moralidade, publicidade e eficiência.

QUESTÃO 76

Com relação à descentralização e à desconcentração, é correto afirmar que, na descentralização, a execução das atividades ou a prestação de serviços pelo Estado é

- A indireta e mediata, na desconcentração, é direta e imediata.
- B direta e imediata, na desconcentração, é indireta e imediata.
- C indireta e imediata, na desconcentração, é direta e mediata.
- D direta e mediata, na desconcentração, é indireta e imediata.

QUESTÃO 77

Julgue os itens a seguir, acerca das características comuns às entidades da administração indireta.

- I As autarquias possuem autonomia administrativa, financeira e política.
- II As fundações públicas só podem ser dotadas de personalidade jurídica de direito público.
- III Os atos da empresa pública gozam de presunção de veracidade, auto-executoriedade e imperatividade.
- IV A sociedade de economia mista possui patrimônio e personalidade próprios.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e III.
- D III e IV.



Você deverá responder às questões de 78 a 80 de acordo com a sua opção de vaga: TSE ou TRE-RJ ou TRE-RR ou TRE-RO.

Bloco I: questões de 78 a 80 apenas para os candidatos a vagas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

QUESTÃO 78

Acerca da organização e das atribuições do TSE, previstas em disposições de seu Regimento Interno (RI-TSE) e na Constituição Federal, assinale a opção correta.

- A A escolha dos membros do TSE obedece ao critério da nomeação pelo presidente da República, não estando previsto no RI-TSE o critério da eleição em escrutínio secreto.
- B Integram a composição do TSE, com sede na capital da República, dois ministros do STF.
- C Desde o advento da Constituição de 1988, quando foi extinto o Tribunal Federal de Recursos, membros do STJ passaram a compor o TSE.
- D O presidente e o corregedor-geral eleitoral do TSE devem se eleitos entre os dois ministros do STF, para servirem por quatro anos, contados da posse.

QUESTÃO 79

Quanto ao processo no TSE, assinale a opção correta.

- A Somente por maioria absoluta dos juízes do tribunal poderá ser declarada a invalidade de lei ou ato contrário à Constituição.
- B O RI-TSE não admite recurso para dirimir divergência na interpretação de lei entre TREs.
- C Os recursos devem ser interpostos ao TSE mediante a assinatura do respectivo termo, não se admitindo a juntada de novos documentos.
- D É defeso ao relator, sem a ratificação do colegiado, negar seguimento a pedido ou recurso que esteja em confronto com súmula ou com a jurisprudência dominante do TSE ou do STF ou outro tribunal superior.

QUESTÃO 80

Ainda considerando o RI-TSE, assinale a opção correta.

- A Na contagem dos prazos referidos no RI-TSE, não se aplicam regras de direito comum.
- B Cônjuge, companheiro ou parente de terceiro grau civil, inclusive, de qualquer dos ministros, efetivos ou substitutos, pode ser nomeado seu assessor ou auxiliar.
- C Não se admite processo de cancelamento de registro de partido que tenha por base representação ou denúncia de eleitor, que podem ser feitas apenas por procurador-geral eleitoral ou representante de partido.
- D Nos casos omissos no RI-TSE, aplicar-se-á, subsidiariamente, o Regimento Interno do STF.

Bloco II: questões de 78 a 80 apenas para os candidatos a vagas no Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro (TRE-RJ).

QUESTÃO 78

Considerando o Regimento Interno do TRE-RJ, assinale a opção correta com relação à organização desse tribunal.

- A O TRE-RJ, que tem jurisdição em todo o estado, é composto por juízes efetivos e substitutos, nomeados de acordo com o disposto na Constituição estadual e, naquilo que não a contrariar, na Constituição Federal.
- B O advogado nomeado juiz substituto na justiça eleitoral fica impedido de exercer a profissão no âmbito de qualquer órgão ou instância do Poder Judiciário.
- C Os membros do TRE-RJ e seus substitutos exercerão mandatos, obrigatoriamente, por 2 anos, a contar da data da posse, permitida a recondução por igual período pelo mesmo processo de investidura inicial.
- D O TRE-RJ delibera por maioria de votos, em sessão pública, independentemente da quantidade de membros presentes.

QUESTÃO 79

No que concerne à competência do TRE-RJ, assinale a opção correta.

- A Compete ao tribunal julgar, originariamente, os crimes eleitorais cometidos pelos juízes eleitorais.
- B Não são da competência do tribunal o processamento e o julgamento da suspeição ou do impedimento do procurador regional eleitoral.
- C Compete ao tribunal julgar, em grau de recurso, denúncias, reclamações e representações relativas a obrigações impostas, por lei ou estatuto, aos partidos políticos, quanto à sua contabilidade e à apuração da origem dos seus recursos.
- D Compete ao tribunal processar e julgar, em grau de recurso, as arguições de inelegibilidade de candidatos à Assembléia Legislativa do estado.

QUESTÃO 80

Assinale a opção correta com relação às atribuições dos membros do TRE-RJ, previstas em seu regimento interno.

- A O vice-presidente será substituído, nas suas férias, licenças, faltas ou impedimentos ocasionais, pelo corregedor-geral eleitoral.
- B Entre as competências do procurador regional eleitoral, não se inclui a defesa da jurisdição do tribunal.
- C Os conflitos de atribuições entre autoridade judiciária e autoridade administrativa devem ser decididos pelo juiz eleitoral de primeira instância.
- D Ao corregedor, que exerce as suas funções cumulativamente com as de membro do tribunal, com jurisdição em todo o estado, compete reprimir os crimes eleitorais.

Bloco III: questões de 78 a 80 apenas para os candidatos a vagas no Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Roraima (TRE-RR).

QUESTÃO 78

Com relação ao Regimento Interno do TRE-RR (RI-TRE-RR), assinale a opção correta.

- Ⓐ Diferentemente do que ocorre na hipótese de anulação geral das eleições, as decisões que envolvam a interpretação do Código Eleitoral em face da Constituição Federal não exigem a presença de todos os juízes.
- Ⓑ As decisões do TRE-RR são tomadas por maioria de votos, entre os presentes, inclusive em caso de declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, para a qual exigir-se-á, contudo, a presença de, no mínimo, quatro juízes, além do presidente.
- Ⓒ O RI-TRE-RR estabelece a organização, a composição, a competência e o funcionamento do TRE-RR e regula o trâmite dos feitos administrativos e jurisdicionais que lhe são atribuídos pela Constituição Federal e pela legislação eleitoral.
- Ⓓ De acordo com o princípio da simetria, à competência do presidente da República para nomear ministros do TSE corresponde a competências do governador do estado para nomear juízes do TRE-RR.

QUESTÃO 79

Acerca da composição do TRE-RR, assinale a opção correta.

- Ⓐ É vedada a nomeação para compor o TRE-RR de advogado que exerça mandato de caráter político, no âmbito federal.
- Ⓑ O presidente, o vice-presidente e o corregedor-geral do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (TJ/RR) poderão integrar o TRE-RR.
- Ⓒ É permitida a nomeação para o TRE-RR de advogado que ocupe cargo público do qual possa ser demitido *ad nutum*.
- Ⓓ O afastamento definitivo das funções judicantes não implica a extinção da jurisdição eleitoral, enquanto nela estiver investido o magistrado.

QUESTÃO 80

Em caso de omissão, o RI-TRE-RR prevê a aplicação subsidiária dos regimentos internos de outros tribunais. Nesse caso, são aplicáveis os regimentos do

- Ⓐ TSE; STF; Tribunal Regional Federal (TRF).
- Ⓑ TSE; STF; Tribunal Federal de Recursos.
- Ⓒ TSE; TRF; TJ/RR.
- Ⓓ TSE; STF; STJ.

Bloco IV: questões de 78 a 80 apenas para os candidatos a vagas no Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia (TRE-RO).

QUESTÃO 78

Assinale a opção correta quanto à ordem dos serviços no TRE-RO.

- Ⓐ Nos julgamentos dos feitos, são obrigatoriamente incluídos em pauta, com antecedência mínima de 48 horas, os agravos, os pedidos de registro de candidatura e os conflitos de competência.
- Ⓑ As sessões do TRE-RO serão sempre públicas, não se permitindo, em razão do interesse público envolvido, a restrição da presença de pessoas.
- Ⓒ Em cada eleição, a distribuição do primeiro recurso no tribunal prevenirá a competência do relator para todos os demais casos do mesmo município.
- Ⓓ É assegurada a sustentação oral nos julgamentos de agravo, embargos e nas arguições de suspeição ou impedimento.

QUESTÃO 79

Ainda quanto à ordem dos serviços no TRE-RO, assinale a opção correta.

- Ⓐ Nos processos de competência originária do tribunal, dos juízes e das juntas eleitorais, as citações devem ser feitas pessoalmente; por via postal, mediante aviso de recebimento; ou por edital, nas hipóteses previstas nas leis processuais civis e penais.
- Ⓑ Os prazos previstos no Regimento Interno do TRE-RO (RI-TRE-RO) começarão a correr no dia da intimação e se consideram prorrogados até o primeiro dia útil se o termo final recair em feriado ou em dia em que for determinado o fechamento da secretaria do tribunal ou se o expediente externo encerrar-se antes do horário normal.
- Ⓒ Os prazos previstos no RI-TRE-RO não são peremptórios, terminam no fim do expediente externo e correm, invariavelmente, em secretaria.
- Ⓓ As intimações das decisões do TRE-RO e dos seus membros serão feitas, exclusivamente, por meio de publicação no Diário da Justiça do Tribunal de Justiça.

QUESTÃO 80

Assinale a opção correta com relação aos processos no TRE-RO.

- Ⓐ De acordo com o RI-TRE-RO, as decisões do tribunal são, em regra, recorríveis, competindo ao TSE o seu julgamento.
- Ⓑ As decisões do TRE-RO, em competência recursal ou originária, em regra, são publicadas na forma de resolução.
- Ⓒ Sempre que a lei não fixar outro prazo, o recurso deve ser interposto no prazo de quinze dias, contados da publicação do ato ou da decisão.
- Ⓓ Cabe ao TRE-RO o julgamento da ação de impugnação de mandato eletivo nas eleições para governador, vice-governador, senador, deputado federal e deputado estadual.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando os espaços indicados no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **oitenta** linhas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Considere que a lei ordinária federal X/Y contemple os artigos a seguir enumerados.

- Art. 1.º O partido político destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal.
- Art. 2.º É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos cujos programas respeitem a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana.
- Art. 3.º É assegurada, ao partido político, autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento.
- Art. 4.º A ação do partido tem caráter nacional e é exercida de acordo com seu estatuto e programa, sem subordinação a entidades ou governos estrangeiros.
- Art. 5.º O partido político funciona, nas Casas Legislativas, por intermédio de uma bancada, que deve constituir suas lideranças de acordo com o estatuto do partido, as disposições regimentais das respectivas Casas e as normas desta Lei.
- Art. 6.º Tem direito a funcionamento parlamentar, em todas as Casas Legislativas para as quais tenha elegido representante, o partido que, em cada eleição para a Câmara dos Deputados, obtenha o apoio de, no mínimo, cinco por cento dos votos apurados, não computados os brancos e os nulos, distribuídos em, pelo menos, um terço dos Estados, com um mínimo de dois por cento do total de cada um deles.
- Art. 7.º O Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário) é constituído por multas, recursos financeiros destinados por lei, doações de pessoas físicas e jurídicas e dotações orçamentárias da União.
- Art. 8.º O Tribunal Superior Eleitoral fará a distribuição do Fundo Partidário aos órgãos nacionais dos partidos, obedecendo aos seguintes critérios:

I — um por cento do total do Fundo Partidário será destacado para entrega, em partes iguais, a todos os partidos que tenham seus estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral;

II — noventa e nove por cento do total do Fundo Partidário serão distribuídos aos partidos que tenham preenchido as condições do art. 6.º, na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.

Considerando que, dos 29 partidos que concorreram nas eleições de 2006, apenas 7 alcançariam os requisitos previstos no referido art. 6.º, o partido Z — um dos partidos políticos que não teria direito a funcionamento parlamentar — ingressou com ação judicial perante o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), solicitando a declaração de inconstitucionalidade dos artigos 6.º e 7.º da norma acima transcrita, mediante exercício de controle de constitucionalidade abstrato e concentrado, sob o argumento de que a referida norma viola o princípio da isonomia e os princípios constitucionais relativos aos partidos políticos e que, ademais, trata-se de norma formalmente inconstitucional porque a legislação partidária, na medida em que regulamenta dispositivos constitucionais, necessita ser feita mediante lei complementar.

Em face da situação hipotética descrita, redija um texto dissertativo que avalie a correção dos argumentos aduzidos pelo partido Z e a viabilidade jurídica da declaração de inconstitucionalidade pedida. Em seu texto, analise, necessariamente:

- a possibilidade de o TSE realizar controle abstrato e concentrado da constitucionalidade de leis em matéria eleitoral;
- a necessidade de lei complementar para regular a matéria em apreço;
- a compatibilidade entre o art. 6.º da lei X/Y e os princípios constitucionais relativos a partidos políticos;
- a compatibilidade entre o art. 7.º da lei X/Y e o princípio da isonomia.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	

